O governo Fernando Collor de Mello (março de 1990 a dezembro de 1992) permanecerá na história do Brasil como um caso dramático de contradição. Por um lado, mudou a agenda política do país, pois conseguiu implementar reformas econômicas voltadas para o mercado, corajosas e muito necessárias, e buscou o ajustamento fiscal. Embora outras tentativas tenham sido feitas desde 1987, foi durante o governo Collor que as velhas idéias nacional-desenvolvimentistas foram efetivamente enfrentadas e combatidas. Por outro lado, apesar de ter dado todo o apoio para seus dois ministros da economia, o governo Collor não conseguiu controlar a inflação e, infelizmente, seu governo acabou em *impeachment* depois que denúncias de corrupção foram comprovadas.

O governo Collor caracterizou-se por crises políticas recorrentes. Em seu primeiro ano, o presidente Collor inclinou-se mais para o confronto que para a conciliação junto à comunidade empresarial e, mais amplamente, à sociedade civil. Collor mostrou-se às vezes corajoso, se não heróico, ao implementar reformas voltadas para o mercado e ao combater a inflação com medidas monetárias e fiscais. Não obstante, esse heroísmo foi finalmente prejudicado por sua auto-suficiência e arrogância. Nesse período, revelou uma enorme dificuldade, senão relutância, em ouvir e dialogar com a sociedade. Como resultado, seu governo começou a enfrentar sérios problemas de legitimidade e perda de apoio por parte da sociedade civil.¹ Com a demissão de Zélia Cardoso de Mello — que combinava com Collor em bravura e arrogância — e a escolha do *low profile* Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Economia em abril de 1991, Collor começou uma segunda fase de seu governo, cujo objetivo inicial era o de recuperar o apoio da sociedade civil, especialmente dos empresários. Ainda assim, em maio-junho de 1992, o governo estava novamente imerso em profunda crise política, desta vez como resultado das acusações de corrupção. Esta crise levou finalmente ao *impeachment* do presidente em setembro de 1992, ocasião em que assumiu o então vice-presidente Itamar Franco. Neste capítulo, irei apresentar um quadro dos melhores e piores momentos políticos do governo Collor.

O governo teve início com um voto de confiança da sociedade civil. O Plano Collor recebeu inicialmente grande apoio, apesar de seu radicalismo.

Seu fracasso, porém, que analiso no Capítulo 13, aliado às crescentes acusações de corrupção levaram o governo à sua primeira crise.

Uma mudança significativa ocorreu no governo Collor, começando em abril de 1991 com a substituição de Zélia Cardoso por Márcílio Marques Moreira no Ministério da Economia e terminando no início de 1992 com uma alteração completa no gabinete oficial e o ingresso de alguns intelectuais conhecidos e respeitados para o ministério. Como resultado, a administração, que havia entrado em profunda crise de legitimidade, parcialmente recobrou o apoio da sociedade civil. Esta mudança positiva foi salientada pelo fato de que a taxa de inflação, que em 1991 acelerava, estabilizou em torno de 20% ao mês no primeiro semestre de 1992, o que era visto como uma vitória do governo.

Ainda em maio de 1992, uma nova e muito grave crise política eclodiu, com as denúncias de corrupção no governo disparadas pelo irmão do presidente, Pedro Collor de Mello. O peso das acusações, que logo se multiplicaram, derrubou o presidente, que perdeu o apoio recém-recuperado. Em setembro daquele ano, o Congresso afastou Collor das funções; em dezembro, o presidente evitou o *impeachment* formal renunciando poucas horas antes de o Senado decidir afastá-lo definitivamente.

TEMPOS HERÓICOS E CRISE DE LEGITIMIDADE

No Brasil, é possível ser eleito sem o apoio da comunidade empresarial, mas não é possível governar sem seu apoio. Isso é verdade em qualquer país capitalista, mas mais particularmente no Brasil porque aqui existe uma democracia dual e limitada: numa eleição, a grande maioria de desfavorecidos escolhe o presidente; no dia seguinte, entretanto, apenas um pequeno segmento da sociedade civil em relação à massa de 100 milhões de eleitores consegue influenciar o governo.

Nesta pequena sociedade civil, em que — de diversas formas organizadas e inter-relacionadas — a comunidade empresarial, a imprensa, os cientistas, as celebridades, os líderes trabalhistas e todos os tipos de associações fazem parte, a comunidade empresarial é a maior, a mais poderosa e a mais influente. Um presidente pode ser eleito apesar desse grupo, como foi com Collor, e como teria sido se Lula — o candidato do Partido dos Trabalhadores — tivesse sido eleito presidente em 1989, mas nenhum presidente consegue governar sem seu apoio.

No entanto, exatamente por ser essa sociedade dual é que é possível eleger um candidato sem o apoio efetivo da comunidade empresarial. E, em segui-

da, pode ser muito tentador governar sem ela, continuar contando com o apoio da massa de eleitores. O presidente Collor basicamente sucumbiu a essa tentação durante o primeiro ano de seu governo. Foi esse fato, mais do que o fracasso de sua política antiinflacionária e a recessão, que impeliu seu governo para uma profunda crise política, na verdade uma crise de legitimidade (isto é, uma perda de apoio da sociedade civil) semelhante à ocorrida nos últimos três anos do governo Figueiredo e últimos dois anos do governo Sarney. A diferença é que estas duas outras crises de legitimidade ocorreram quando as respectivas administrações perderam o apoio da sociedade civil, apesar do seu empenho em conservá-lo, enquanto o governo Collor pouco se esforçou no seu primeiro ano para obter esse apoio. Aparentemente ignorando o fato de que a popularidade provém do eleitorado, mas que a legitimidade, no sentido político e não jurídico do termo, origina-se na sociedade civil e especialmente na comunidade empresarial, o governo Collor tentou, quase que deliberadamente, governar sem a sociedade civil. Ao fazê-lo, incorreu num perigoso e exaustivo conflito que finalmente, quando as denúncias de corrupção que o envolveram diretamente se tornaram públicas, levou ao processo de *impeachment* no final de 1992.

Embora os membros da sociedade civil — especialmente a comunidade empresarial — sempre reclamem de sua falta de poder, este, na verdade, é imenso. Quando, por alguma razão, não são convidados a participar do governo, respondem com palavras e atos. As palavras exercem um poder enorme de hegemonia ideológica na arena social porque, por meio delas, a sociedade civil está em condições de formar a opinião pública. Os atos, por sua vez, constituem as decisões diárias sobre preços e investimentos: preços que são aumentados e investimentos que são reduzidos quando os empresários se sentem inseguros ou ameaçados.

As sociedades capitalistas são democráticas em parte porque os valores democráticos constituem uma parcela de seu fundamento ideológico, que é liberal e individualista, e em parte porque o regime democrático é o único compatível com a participação efetiva da sociedade civil na política. Embora o empresariado, os intelectuais e mais amplamente a sociedade civil constituam em geral uma minoria na sociedade, eles constituem uma grande massa de pessoas que demanda participação política, exigindo regras — os procedimentos democráticos — para acesso ao poder político.

É claro que um governante que espere ser um estadista não pode simplesmente inclinar-se perante a sociedade. Dessa forma não governaria. A relação dos governantes com os poderosos, tanto no nível interno quanto no internacional, é sempre conflituosa. As alternativas polares são sempre de

submissão ou confronto. Um espaço intermediário entre esses dois extremos deve ser encontrado — um espaço não de meio-termo mas de estratégia em que os avanços e recuos, a afirmação das convicções e a habilidade em fazer compromissos sejam combinados de diversas formas.

SEGUNDA FASE: TENTATIVA DE ENTENDIMENTO

Auto-suficiente, quase arrogante em sua primeira fase, entre março de 1990 e abril de 1991, o governo Collor ouviu pouco e falou ainda menos com a sociedade. A escolha de Marcílio Marques Moreira para ministro da economia representou uma tentativa de mudança. O novo ministro era um conciliador e tinha uma equipe respeitada de economistas e burocratas. Parecia uma boa combinação para o presidente mais jovem, mais agressivo. Com a saída de Zélia, a fase heróica da administração de Collor terminou; com a entrada de Marcílio, a fase de acomodação começou. Durante a fase heróica, a administração perdeu legitimidade política devido ao fracasso de suas tentativas de estabilização e a seu confronto com a sociedade e com os credores estrangeiros.² Em compensação, iniciaram-se reformas estruturais corajosas — ajuste fiscal, liberalização comercial e privatização —, fundamentais para superar a crise do Estado. Na fase de acomodação, as reformas prosseguiram, mas nenhum plano de estabilização digno desse nome foi adotado, apesar de a inflação continuar elevadíssima.³

No segundo semestre de 1991, diante da crise de legitimidade provocada pelo profundo atrito entre o presidente Collor e a sociedade civil, os partidos políticos brasileiros iniciaram um debate sobre um possível “entendimento nacional” — isto é, um acordo político amplo. Seu objetivo, na visão do presidente, era o de obter apoio para as emendas propostas para a Constituição. Na verdade, a finalidade desse entendimento nacional poderia ser apenas restabelecer a credibilidade na administração. Isso foi bem entendido pelo senador Fernando Henrique Cardoso, quando, num discurso no Senado, formalmente propôs o acordo político.⁴ O país estava passando por uma crise política grave, uma clássica crise de governabilidade, dada a perda de legitimidade do governo. Um entendimento nacional faria sentido apenas se resultasse em credibilidade renovada para o governo, dessa forma, possibilitando-lhe governar.

Depois do fracasso das suas tentativas iniciais de estabilização, o governo Collor atribuiu esse fracasso ao caráter populista da Constituição de 1988 e se concentrou numa série de emendas constitucionais, conhecidas como *emen-*

dão. A reforma era de fato necessária, embora, como veremos nos capítulos 13 e 14, o fracasso das tentativas de estabilização não pudesse ser atribuído apenas a esse fator. A Constituição de 1988 foi a última manifestação das idéias nacional-desenvolvimentistas e do burocratismo estatizante que dominavam a coalizão política que levou à transição para a democracia no Brasil entre meados dos anos 70 e 1984. Embora o resultado final tenha sido um compromisso democrático entre os partidários da velha estratégia estatizante apoiada tanto na esquerda quanto na direita tradicional, e os liberais que então começavam a ganhar força, esse resultado acabou sendo marcado pelo nacionalismo e o estatismo burocrático. Além disso, descentralizava a receita fiscal para os estados e municípios sem transferir responsabilidades. O retrocesso burocrático presente na nova constituição tornou a administração pública extremamente rígida. A administração indireta perdeu a autonomia que a reforma administrativa de 1967 lhe conferira. Empresas estatais, fundações e universidades passaram a ser tratadas como departamentos governamentais. Por outro lado, a burocracia logrou privilégios adicionais, particularmente direitos de aposentadoria, incompatíveis com um orçamento equilibrado.⁵

O governo Collor reconheceu que a Constituição de 1988 havia-se tornado um obstáculo para a superação da crise fiscal do Estado. Entretanto, a causa básica da crise política que assolava o país na ocasião não se encontrava na Constituição. Seu *background* estava no vácuo político que se havia formado no país desde o colapso do pacto democrático-populista de 1977, que levou à transição para a democracia.⁶ Sua causa mais geral encontrava-se na crise econômica — centrada na alta e persistente taxa de inflação e na crise do Estado — que examinei na primeira parte deste livro. Suas causas imediatas eram, por um lado, o fracasso da estratégia de estabilização do governo Collor e, por outro, a dificuldade do governo em dialogar com a sociedade civil e a onda de denúncias de corrupção que envolviam o governo.

O acordo político proposto baseava-se na idéia de reformar o governo, tornando-o livre da corrupção e capaz de lidar com a crise fiscal, estabilizar preços e retomar o desenvolvimento. O presidente preservaria seus poderes ao mesmo tempo em que os dividiria com os setores da sociedade participantes do acordo político. A idéia pareceu ter sido aceita pelo presidente Collor, que, no início de 1992 fez uma reforma geral de seu gabinete. A quase arrogância do primeiro ano de seu governo foi substituída por uma atitude mais humilde e mais predisposta à negociação. A crença de que todas as decisões deveriam basear-se em seu próprio julgamento e coragem foi substituída por uma vontade maior de ouvir. A idéia de poder governar apoiado apenas pelo pequeno time que o havia ajudado a eleger-se foi substituída por uma disposi-

ção de incluir políticos capazes em seu gabinete. Os membros claramente corruptos ou incompetentes do que era normalmente chamado seu “círculo íntimo” foram afastados. O presidente começou a insistentemente apelar para o acordo nacional enquanto reafirmava sua crença num curso “social-liberal” para o Brasil.⁷

Poder-se-ia dizer que o presidente decidiu mudar porque não tinha escolha. O fato é que se mostrou capaz de aprender e mudar. Poder-se-ia dizer que as negociações estavam limitadas ao Congresso. Ainda não se haviam estendido ao restante da sociedade, especialmente aos líderes empresariais e trabalhistas, mas não teria sido difícil ter dado esse passo. A convocação de Collor para um novo entendimento, expressa numa série de artigos de jornal, tinha em geral pouca receptividade. O fracasso de suas tentativas radicais de controlar a inflação estava vivo na mente das pessoas. Os intelectuais da esquerda moderada permaneciam desconfiados.

COLLOR NEOLIBERAL?

Collor adotou um programa corajoso de reformas econômicas orientado para a liberalização comercial e a privatização. Na opinião da maioria dos intelectuais da esquerda, essas reformas identificavam o governo Collor com a direita neoliberal. Era uma visão equivocada, a não ser que se insista, como vem fazendo a esquerda populista na América Latina, em identificar o neoliberalismo com o conservadorismo e com reformas orientadas para o mercado. O neoliberalismo é um fenômeno muito mais específico. É a ideologia da nova direita, do neoconservadorismo. É uma forma radical de individualismo e de liberalismo econômico, contrária a qualquer tipo de intervenção do Estado no plano econômico e social. O neoliberalismo é o velho liberalismo econômico atualizado pelas visões dos intelectuais da escola austríaca (Hayek), da microeconomia monetarista e neoclássica (Friedman e Lucas, respectivamente) e da escola da escolha racional (Buchanan e Olson). É uma crítica, sob certos aspectos brilhante, das distorções a que foi sujeita a intervenção do Estado na economia. De como agentes econômicos e políticos em busca de vantagens pessoais (*rent seeking*) submetem as políticas públicas a seus interesses particulares. Mas sua proposta de solução do problema — retirar o Estado dos problemas econômicos e sociais — é completamente irrealista. O neoliberalismo é o que Margareth Thatcher tentou, sem sucesso, implementar na Inglaterra por onze anos. O neoliberalismo é o que o governo Reagan apregoou ao em vez de praticar, já que é impossível reduzir

o Estado ao mínimo e deixar a coordenação da economia exclusivamente para o mercado. A experiência pretendidamente neoliberal de Reagan — na verdade um mero episódio de política conservadora — afinal foi marcada por uma curiosa mistura de políticas populistas e concentradoras de renda, que levaram a economia americana à crise fiscal e agravaram seriamente os problemas sociais do país.⁸

O neoliberalismo é profundamente pessimista e individualista acerca das possibilidades de cooperação social e ação coletiva. As políticas tecnológicas e industriais não fazem sentido, e mesmo as políticas macroeconômicas de curto prazo são teoricamente condenadas. O mercado é perfeitamente auto-regulável conforme as expectativas dos agentes econômicos. Além do mais, o verdadeiro neoliberal condena a política social porque o auxílio aos pobres inibe o trabalho e a iniciativa individual. Como demonstrou Albert Hirschman (1991), essa nova direita está fundada no “princípio do efeito perverso” (*perverse effect principle*), já presente na filosofia social setecentista de Edmund Burke. Esse princípio assegura que a tentativa de melhorar a distribuição de renda e atingir maior igualdade social é perversa na medida em que os efeitos reais são opostos a seus objetivos. Não importa que a história das novas democracias sociais européias refute essa proposição. O princípio do efeito perverso é um argumento ideológico poderoso contra ações do Estado no campo econômico e social. Além disso, é a explicação-padrão para todos os eventuais fracassos dessas ações.

De acordo com esse conceito de neoliberalismo, Collor claramente não era um neoliberal, como não é a maioria dos políticos latino-americanos. Há muitos políticos conservadores na América Latina, muito poucos neoliberais. O fato de um líder político adotar políticas de ajustamento fiscal e reformas orientadas para o mercado não significa que seja um neoliberal. No final da crise dos anos 80, muitos governos latino-americanos foram obrigados a adotar políticas chamadas neoliberais, quando na verdade eram simplesmente políticas ortodoxas inevitáveis, dado o fato de que o Estado entrara em grave crise fiscal, o Tesouro se esvaziara, as reservas internacionais se esgotaram, e a crise cambial se desencadeara.⁹ Collor não tinha nenhuma outra alternativa senão realizar o ajuste fiscal e as reformas orientadas para o mercado. A política industrial e tecnológica que seu governo tentou executar não era neoliberal por definição. Tentar atribuir um papel chave para o mercado na coordenação da economia não é neoliberalismo; é meramente senso comum se o Estado cresceu em demasia. Quando este enfrenta uma crise fiscal grave, a disciplina fiscal e a privatização de empresas estatais são políticas necessárias. Com a privatização, o Estado pode obter os recursos de que ne-

cessita para reduzir sua dívida. Quando a empresa é deficitária, como frequentemente ocorre, o Estado fica adicionalmente dispensado de gastar recursos fiscais em atividades produtivas que o setor privado pode desempenhar com mais eficiência. É claro que o comércio exterior brasileiro deveria ter sido liberalizado há muito tempo — quando a estratégia de substituição de importações se esgotou no início dos anos 60. Collor foi chamado de neoliberal devido a uma interpretação muito abrangente do termo, que a esquerda na América Latina usa sem perceber que assim identifica políticas racionais e necessárias com a direita e reserva para si apenas o velho populismo.

No Brasil, muitas formas de liberalismo são encontradas na classe empresarial, mas o neoliberalismo propriamente dito não foi adotado por nenhum setor relevante da sociedade. Ser conservador no Brasil não significa ser contra a intervenção do Estado, exceto para efeitos retóricos. A coalizão autoritária capitalista-burocrática que governou o país entre 1964 e 1984 era tanto conservadora quanto intervencionista. No final dos anos 80, a retórica neoliberal entrou no discurso dos políticos conservadores brasileiros, mas nunca houve uma prática política correspondente. Mesmo entre os intelectuais é raro encontrar representantes verdadeiros do neoliberalismo.

A crítica à falta de correspondência entre as palavras de Collor e suas ações era constante durante seu governo. Em 2 de fevereiro de 1992, o presidente tentou responder a essas críticas por um artigo na *Folha de S. Paulo*, seguido de muitos outros. Seus discursos e entrevistas exibiam um pensamento moderno, democrático, voltado para o aspecto social. Continham elementos conservadores mas não poderiam ser de nenhuma maneira confundidos com uma visão neoliberal. A inspiração ideológica de Collor era José Guilherme Merquior, que foi, definitivamente, não um neoliberal mas um destacado intelectual liberal — um intelectual próximo, embora à direita, da democracia social.

Os artigos e discursos de Collor visavam ao desenvolvimento nacional. A comunidade empresarial, operando livremente no mercado, seria o principal agente desse desenvolvimento, e a competição, fator fundamental para uma eficiente alocação de recursos. O mercado, no entanto, não é o mecanismo quase perfeito para a coordenação econômica que os modelos econômicos neoliberais preconizam. Assim, as deficiências do mercado, segundo Collor, deveriam ser compensadas pela ação do Estado, não apenas na área social e ambiental — o domínio distributivo — mas também no domínio produtivo: desenvolvimento tecnológico e políticas agro-industriais.

Enquanto ocupou a presidência, Collor não refreou o combate à inflação. Neste sentido, seu governo foi muito diferente do anterior. O governo Collor não foi populista. O presidente tinha disposição de enfrentar qualquer

dificuldade política para combater a inflação. Aceitou a impopularidade sem hesitar, quando tinha por objetivo estabilizar a economia. Nos quase três anos que governou o Brasil deu pleno apoio a seus ministros da economia, tanto a Zélia quanto a Marcílio. Um ajustamento fiscal foi de fato posto em prática, embora de forma incompleta. Superávits orçamentários repetidos foram um fato objetivo no seu governo. A redução tanto do déficit público quanto da dívida pública interna de fato ocorreu. Se a inflação não foi controlada, não foi por falta de força e determinação por parte do presidente, mas sim o resultado da ineficiência ou incompetência dos programas de estabilização, que não conseguiram levar em conta o caráter particular da inflação inercial que então prevalecia no país.

Se as palavras de Collor eram positivas, seus atos — como a seleção de ministros e consultores corruptos na primeira fase de seu governo, os indiscriminados ataques aos críticos empresariais e à mídia, ou a incapacidade de ouvir — contradiziam-nas. A mudança em seu gabinete em 1992 abriu novas perspectivas para seu governo. As pesquisas de opinião pública indicavam então uma moderada recuperação em sua popularidade. Entretanto, um escândalo político que surgiu em maio de 1992, envolvendo o presidente em graves acusações de corrupção, levou-o imediatamente à perda de popularidade.¹⁰ Uma pesquisa feita em junho daquele ano indicou tal declínio: 65% dos entrevistados viam o governo Collor como ruim ou muito ruim; 65% acreditavam que Collor estava de fato envolvido em corrupção; e 32% acreditavam que deveria renunciar à presidência (*Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 1992). Em setembro, quando o voto de *impeachment* foi dado na Câmara dos Deputados, foi quase unânime (apenas 61 de 505 deputados votaram a favor de Collor ou estavam ausentes). Nessa ocasião, as pesquisas mostravam que cerca de 90% da população via o governo Collor como ruim ou muito ruim.

A “ÚNICA SOLUÇÃO POSSÍVEL”

Segundo a observação de Philippe Faucher numa conferência em abril de 1992, “a atual política econômica brasileira é, ao mesmo tempo, a única e a pior alternativa”.¹¹ A única possível porque a sociedade havia-se mostrado incapaz de visualizar outra. A pior porque estava destruindo a capacidade produtiva do Brasil — a taxa média de juros reais em 1992 era de 30% — sem controlar a inflação. A crise econômica enfrentada pelo Brasil era então definida pela estagnação e pelas altas taxas de inflação; a crise política, delimitada pela falta de uma coalizão que estabelecesse os objetivos nacionais e

desse respaldo político à administração. O resultado desse tipo de crise era imobilizar o governo e a sociedade.

Numa situação como essa é compreensível que a política econômica de Marcílio, durante a segunda fase do governo Collor, fosse “a única possível”. Na verdade, era uma não-política, um “Plano Nada”, como André Lara Resende sugeriu. Um plano de estabilização convencional, resultado do fracasso dos congelamentos de preços anteriores e do receio de novas tentativas de neutralizar a alta inflação inercial. Era uma não-política que se auto-definia como *laisser-aller*, que esperava que todos os problemas fossem resolvidos automaticamente pelo mercado, e que reconhecia a impotência do governo para planejar e implementar qualquer programa. Na realidade, quando o Estado enfrenta uma crise da dimensão que enfrentava no início dos anos 90 e não há nenhuma coalizão política mais ampla, quando não há um objetivo nacional definido, quando a “única política possível” é a do *laisser-aller*, a solução encontrada por todos — a solução geral — é transferir os custos da crise para o Estado — visto como algo distinto da sociedade. Cada grupo, setor econômico e região do país descobre que a solução geral é na verdade muito especial: a de arrancar os custos do Estado, fazê-lo pagar uma conta que não tem condições e assim perpetuar a inflação, ao mesmo tempo em que se descartam as reformas estruturais necessárias. Esta situação perversa perdurará até que a crise se torne insuportável e se torne possível definir um novo pacto político e social que viabilize uma ação combinada do governo e da sociedade contra a inflação e a favor de reformas estruturais.

O “FUNDO DO POÇO”

Em função do fracasso em estabilizar a economia, uma alternativa era esperar que o caos afinal se materializasse pela substituição da hiperinflação indexada pela hiperinflação aberta. Na Argentina, foi o caos econômico associado à hiperinflação que levou ao choque liberal e em seguida possibilitou a reforma da política econômica representada pelo Plano Cavallo. A economia do país estava esgotada; os argentinos estavam esgotados, quando afinal uma solução heróica foi encontrada para a alta inflação. No final do governo Collor o Brasil ainda não havia chegado a esse nível da fadiga. A economia brasileira é mais poderosa, diversificada e resistente que a economia argentina. Mas havia chegado ao que chamaríamos de “fundo do poço”.

O “fundo do poço” é o ponto em que não é mais possível, nem minimamente racional, continuar tentando empurrar a crise com a barriga. O

fundo do poço não é o caos econômico e social. Não é o empobrecimento radical. O Brasil não precisa virar Bangladesh, assim como os Estados Unidos — que também enfrentam graves problemas de desajustamento macroeconômico — não precisa virar Brasil para chegar ao fundo do poço e começar a reformar e a ajustar. Muito antes disso, as populações do Brasil e dos Estados Unidos irão compreender que o ajustamento não pode mais ser adiado e que os “custos líquidos do ajustamento” (custos do ajustamento menos custos de adiar o ajuste e as reformas) tornaram-se negativos. Mesmo para as pessoas com uma preferência intertemporal muito grande para o consumo presente, o ajustamento será a partir desse ponto menos oneroso do que seu adiamento.¹²

Literalmente, o fundo do poço é o limite da crise. É o ponto em que não é mais possível continuar aprofundando a crise. É possível pensar nesse limite em termos racionais. Há um tempo em que os custos do ajustamento e da implementação das reformas tornam-se iguais ou menores que os custos do não-ajustamento, de tentar empurrar a crise com a barriga. Mesmo se as pessoas tiverem preferência absoluta pelo consumo presente, mesmo se os cidadãos de determinado país adotarem uma taxa de desconto muito alta sobre o consumo futuro, é mais compensador fazer o ajustamento imediatamente, e irracional adiá-lo. Quando este momento chega, o fundo do poço foi atingido.

O ajustamento econômico e as reformas podem ser antecipados e decididos quando o fundo do poço foi alcançado, ou podem ser decididos apenas depois desse ponto. O Brasil provavelmente alcançou esse ponto em 1990, quando as reformas começaram a ser seriamente empreendidas. Ainda assim o ajustamento fiscal continuava insuficiente. A Argentina chegou ao fundo do poço antes de 1990-1991, mas somente nessa ocasião é que os ajustamentos e as reformas foram efetivamente promovidos. O Chile e o México foram os primeiros países a promover ajustamento e reformas estruturais, mas o México não conseguiu completá-los. O Chile antecipou os custos do ajustamento. Como um *trade-off*, superou mais cedo a crise. A Argentina encontra-se no outro extremo. Decidiu pôr as reformas e o ajustamento em prática apenas quando os custos do ajustamento tornaram-se muito menores que os custos do não-ajustamento. Os argentinos claramente levaram um tempo excessivo para perceber esse fato: por isso seu ajustamento ocorreu tão tarde. Desde 1990, o Brasil se encontra provavelmente no ponto em que as duas curvas de custos se cruzam. Depois deste ponto, não faz mais sentido deixar de promover o ajuste e as reformas. Ainda assim, nesta situação, grupos minoritários que se aproveitam da crise podem se opor às reformas e ao ajustamento, e esta estratégia pode funcionar porque o país ainda não atingiu o caos completo.

Em 1994, quando a estabilização foi finalmente alcançada no Brasil, estava claro que a economia brasileira não podia mais crescer — mesmo que minimamente — sem se ajustar e estabilizar. Os custos de curto prazo envolvidos na continuidade da adoção de políticas populistas eram maiores do que os benefícios do adiamento das reformas. Alguns indicadores apontavam nessa direção. Desde 1990 o país permanecia quase que totalmente na recessão. As recuperações tinham vida curta. Os episódios populistas clássicos ocorridos no Brasil, como, por exemplo, o primeiro plano de estabilização de Delfim Netto, em 1979, e o Plano Cruzado, em 1986, que trouxeram um pedaço do paraíso por alguns poucos meses, não podiam mais ocorrer. As tentativas de escapar à recessão pela política fiscal tinha vida curta e muito fraca. Não era mais possível expandir a renda com base no aumento de consumo, como já havia acontecido em outras oportunidades, porque os agentes econômicos — investidores e consumidores — sabiam que a inflação permanecia descontrolada e que o governo não teria outra escolha senão um novo plano de estabilização.

O Brasil havia, no entanto, tocado o fundo do poço. As tentativas corajosas da administração Collor de estabilizar demonstraram este fato. Não fracassaram por falta de apoio político; mas sim porque os planos de estabilização haviam sido incompetentes ou ineficientes (Capítulos 13 e 14). A estabilização tornou-se possível apenas em 1994, durante o governo de Itamar Franco, quando Fernando Henrique Cardoso conseguiu a colaboração de uma equipe de economistas competentes que dez anos antes havia ajudado a desenvolver a teoria da inflação inercial (Capítulo 15).